

ANTHONY GIDDENS

Revisado e atualizado juntamente com Philip W. Sutton

Sociologia

6^a edição

Tradução:

Ronaldo Cataldo Costa

Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição:

Fernando Coutinho Cotanda

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



2012

do que os discursos passados permitiam. Elas são mais difíceis de controlar, menos obedientes e, assim, mais perturbadas e perturbadoras". Parece que as relações entre adultos e crianças estão em um período de fluxo e grandes distúrbios.

Outros observadores sugerem que as crianças hoje crescem tão rapidamente que o limite antes sólido entre adultos e crianças está se desvanecendo rapidamente, levando ao "desaparecimento" da infância nas sociedades desenvolvidas (Postman, 1995; Buckingham, 2000). Eles observam que mesmo crianças pequenas podem assistir aos mesmos programas de televisão que os adultos, tornando-se assim muito mais familiarizados com o mundo adulto desde cedo do que as gerações passadas. As crianças estão se tornando consumidores com muito menos idade e estão consumindo produtos adultos, como programas de televisão, telefones celulares e propagandas. Tudo isso pode significar que o período protegido da infância, que caracterizou os países desenvolvidos na maior parte do século XX, pode estar sendo destruído atualmente.

A cultura adolescente e jovem

A ideia do "adolescente", que nos é tão familiar hoje em dia, também não existia até pouco tempo atrás. As mudanças biológicas envolvidas na puberdade (o ponto em que uma pessoa se torna capaz de ter atividade sexual adulta e reproduzir) são universais. Ainda assim, em muitas culturas, elas não geram o grau de transtorno e incerteza encontrado muitas vezes entre jovens em sociedades modernas. Em culturas que promovem as classes etárias, por exemplo, com cerimoniais distintos que indicam a transição da pessoa para a idade adulta, o processo de desenvolvimento psicosexual geralmente parece mais fácil de negociar. Os adolescentes nessas sociedades têm menos a "desaprender", pois o ritmo da mudança é mais lento. Existe uma época em que as crianças nas sociedades ocidentais não devem mais ser crianças: elas devem se livrar dos seus brinquedos e romper com interesses infantis. Em culturas tradicionais, onde as crianças já trabalham juntamente com os adultos, esse processo de desaprender normalmente é muito menos desagradável.

Nas sociedades ocidentais, os adolescentes não são nem um nem outro: eles tentam seguir os modos adultos, mas são tratados pela lei como crianças. Podem querer trabalhar, mas são obrigados a permanecer na escola. Os adolescentes no Ocidente vivem entre a infância e a idade adulta, crescendo em uma sociedade sujeita a mudanças constantes.

Relacionada com a ideia do adolescente, há a **cultura jovem**, um modo de vida geral associado a pessoas jovens, especialmente nos países desenvolvidos. Em muitas outras sociedades, do passado e do presente, o conceito de cultura jovem não existe nesse sentido, e as crianças avançam para a idade adulta muito antes, sem o estágio intermediário do "jovem".

Os sociólogos publicaram pela primeira vez a respeito da cultura jovem nas décadas de 1950 e 1960, quando adolescentes mais velhos que começavam a trabalhar se beneficiavam com a afluência do pós-guerra, usando seus rendimentos para comprar roupas da moda, discos de música popular e outros produtos nos mercados de consumo emergentes (Savage, 2007). Começava a tomar forma uma "cultura da juventude", a qual construiu novos mundos significativos, dos quais brotaram as espetaculares subculturas jovens de delinquentes, revoltados,



Nas sociedades ocidentais modernas, os adolescentes alteram entre a infância e a idade adulta.

roqueiros e *skinheads* e, mais adiante, *hippies*, *punks*, *rastafáris*, *góticos* e muitos outros. Em uma análise posterior, parece que os sociólogos dedicaram uma atenção desproporcional para as pequenas, mas altamente visíveis, subculturas – que tendiam a ser dominadas por homens – e pouco tempo para entender a maioria dos jovens e as maneiras em que eles buscam sentido em suas próprias vidas. Por exemplo, Angela McRobbie e Jenny Garber (1975) identificaram uma "cultura do quarto", comum, mas mais secreta, entre as garotas, que proporcionava que grupos de amigas participassem da cultura jovem, mas que foi praticamente ignorada na prensa para analisar as subculturas "desviantes" (masculinas) na esfera pública.

Steven Miles (2000) sugere que os conceitos de cultura jovem e subculturas jovens nos levaram a enxergar todos os jovens erroneamente como indivíduos essencialmente semelhantes, envolvidos em atividades contraculturais ou desviantes ou em desvantagens sociais singulares. De fato, o historiador Geoffrey Pearson (1983) encontrou subculturas jovens desviantes na Grã-Bretanha do século XIX, incluindo os *hooligans* originais, identificados por suas atitudes agressivas, capacetes pontudos, cachecóis, calças boca de sino e cabelo aparado com frana sobre a testa. Todavia, ele argumenta que, como todas as subculturas desviantes subsequentes, como os *mods* e os *rockers*, os *hooligans* foram criados, em parte, à medida que grupos sociais

mais tradicionais buscavam bodes expiatórios para culpar por seus próprios “temores respeitáveis” por problemas sociais. De forma clara, a cultura principal dos jovens não se encaixava – e ainda não se encaixa – nessas descrições desviantes.

» As subculturas jovens desviantes são discutidas no Capítulo 21, “Crime e desvio”.

Miles, ao contrário, propôs o conceito de *estilos de vida jovens*, que sugere uma diversidade de experiências dentro da juventude em voga e concentra-se na questão de “como... os jovens interagem e negociam os mundos sociais onde constroem suas vidas cotidianas?” (Miles, 2000, p. 2). Essa perspectiva nos lembra as experiências comuns e compartilhadas de jovens em um mundo em mudanças rápidas e as diferentes respostas que os jovens apresentam a ele.

A idade adulta jovem

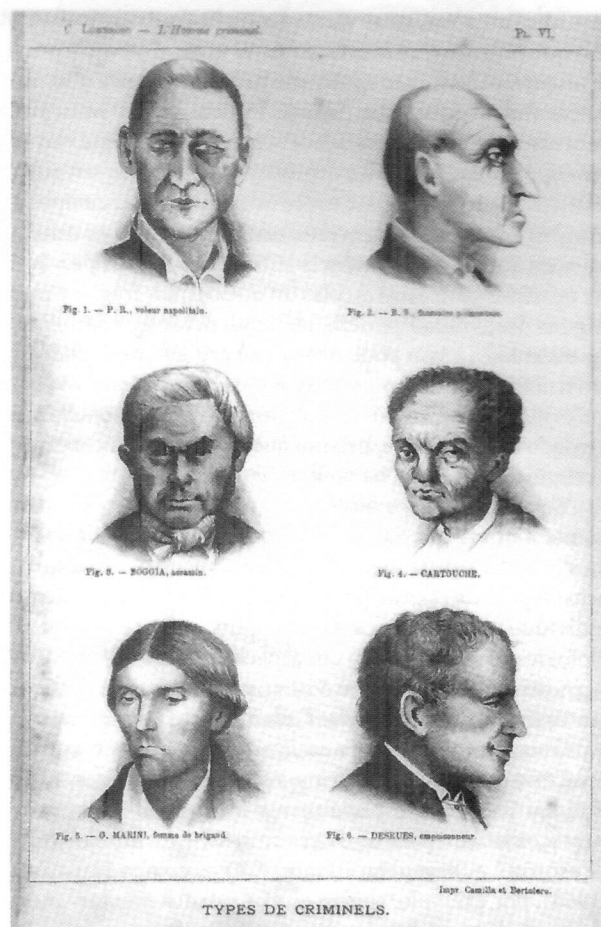
Os sociólogos começaram a teorizar uma fase relativamente nova dentro do curso da vida nas sociedades desenvolvidas, que podemos chamar de **idade adulta jovem** (Goldscheider e Waite, 1991), embora o estudo sistemático desse estágio ainda não esteja tão desenvolvido quanto o da infância ou da velhice. A idade adulta jovem parece cada vez mais ser um estágio específico do desenvolvimento pessoal e sexual nas sociedades modernas, que foi descrito de várias maneiras: como pós-adolescência, adolescência tardia e assim por diante. Diz-se que ela caracteriza pessoas na faixa dos 20 anos e no começo da de 30, que vivem vidas relativamente independentes, mas que ainda não casaram ou tiveram filhos e, como consequência, ainda estão experimentando com seus relacionamentos e estilos de vida.

Todavia, não se acredita que esse estágio seja vivenciado da mesma forma por todas as classes sociais e grupos étnicos. É particularmente entre os grupos mais ricos que as pessoas no começo da faixa de 20 anos têm tempo para viajar e explorar interesses sexuais, políticos e religiosos (Heath e Cleaver, 2003). De fato, é provável que aumente a importância dessa postergação das responsabilidades da idade adulta plena, dado o longo período de educação que muitas pessoas hoje têm no mundo desenvolvido. Também é provável que esse estágio da vida se torne muito menos generificado, à medida que cada vez mais mulheres estudam na universidade e constroem carreiras em vez de caírem na vida familiar tradicional já com pouca idade. Podemos esperar que os especialistas que estudam o curso da vida façam mais pesquisas sobre esse estágio nos anos que virão.

21

Crime e Desvio

Conceitos básicos	664
Explicando o crime e o desvio: teorias sociológicas	665
Teorias funcionalistas	665
A teoria interacionista	669
Teorias de conflito e a "nova criminologia"	671
Teorias do controle	673
Conclusões teóricas	676
Padrões de criminalidade no Reino Unido	676
Criminalidade e estatísticas criminais	677
Vítimas e criminosos	678
Gênero, sexualidade e crime	678
Juventude e crime	683
Crimes de colarinho branco	684
O crime no contexto global	685
O crime organizado	685
O cibercrime	687
Prisões e punição	689
Conclusão: desvio, crime e ordem social	694
Pontos fundamentais	694



Tipos de criminosos, conforme apresentado no livro *L'Homme criminel**, de Cesare Lombroso (1836-1909): um ladrão de Nápoles, um falsário de Piedmont, um assassino, Cartouche, cuja tendência criminal não é especificada, a esposa de um ladrão e um envenenador.

Por que as pessoas cometem crimes? Um século atrás, muitas pessoas que refletiam sobre a questão acreditavam que os criminosos já nasciam, e não se tornavam assim, e que as tendências criminosas eram biológicas, e não aprendidas. O criminologista italiano Cesare Lombroso, que trabalhou na década de 1870, até dizia que os tipos de criminosos podiam ser identificados por um conjunto de características anatômicas. Ele investigava a aparência e as características físicas de criminosos condenados, como a forma do crânio e da testa, o tamanho da mandíbula e o comprimento do braço, e concluiu que os criminosos apresentavam sinais de **atavismo**. Ou seja, eles tinham traços que vinham desde os primeiros estágios da evolução humana. Algumas das imagens de Lombroso, mostrando as características físicas que considerava ligadas a certos tipos de criminosos, são apresentadas aqui. Você consegue identificar criminosos pela sua aparência, apenas a partir de suas características físicas?

As ideias de Lombroso foram totalmente desacreditadas por falta de evidências, e nos parecem quase cômicas atualmente, embora as explicações biológicas tenham voltado a aparecer seguidamente no decorrer do século passado. Uma teoria distinguia três tipos principais de físico humano, cada um ligado a um tipo de personalidade, alegando que um tipo corporal era associado diretamente à delinquência. Segundo a teoria, tipos ativos e musculares (mesomorfos) tendem a ser mais agressivos e físicos e, portanto, mais prováveis de se tornarem delinquentes do que os de físico magro (ectomorfos) ou pessoas mais carnudas e redondas (endomorfos) (Sheldon, 1949; Glueck e Glueck, 1956).

* N. de R.T.: No Brasil, publicado pela editora Icone sob o título *O homem delinquente*.

Mais uma vez, essas visões foram bastante criticadas. Mesmo que houvesse uma relação geral entre o tipo corporal e a delinquência, isso não mostraria necessariamente a influência determinante da hereditariedade. Pessoas de tipo muscular podem ser atraídas para atividades criminosas porque elas oferecem oportunidades para a demonstração física de seu potencial atlético. Além disso, quase todos os estudos nesse campo se restringem a delinquentes em reformatórios, e talvez os delinquentes mais durões e de aparência atlética sejam mais prováveis de ser enviados para essas escolas do que os mais frágeis e magros. Alguns indivíduos podem ter tendências à irritabilidade e agressividade, e isso pode refletir em crimes envolvendo agressão física contra outras pessoas. Ainda assim, não existe nenhuma evidência decisiva de que algum traço da personalidade seja herdado dessa forma e, mesmo que houvesse, sua conexão com a criminalidade seria, na melhor hipótese, distante.

Se as abordagens biológicas não respondem satisfatoriamente a nossa questão de “por que as pessoas cometem crimes”, talvez a psicologia tenha mais sucesso. As abordagens psicológicas da criminalidade procuram explicações dentro do indivíduo, e não da sociedade. Porém, embora as abordagens biológicas se concentrem em aspectos físicos que predispõem os indivíduos ao crime, as visões psicológicas se concentram em tipos de personalidade. Grande parte das primeiras pesquisas criminológicas era realizada em prisões e outras instituições como os sanatórios e, nesses ambientes, as ideias psiquiátricas eram especialmente influentes. Enfatizavam-se os traços característicos de criminosos – incluindo “fraqueza de espírito” e “degeneração moral”. O psicólogo Hans Eysenck (1964), por exemplo, sugere que os estados mentais anormais são herdados e podem predispor o indivíduo ao crime ou criar problemas durante o processo de socialização.

Alguns sugerem que, em uma pequena proporção dos indivíduos, desenvolve-se uma personalidade amoral ou psicopata. Os psicopatas são personagens retraídos e sem emoções, que agem impulsivamente e raramente têm sentimentos de culpa. Alguns psicopatas se deliciam com a violência por si só. Os indivíduos com traços psicopatas cometem crimes violentos, mas existem grandes problemas com o conceito de psicopata. Não está claro se os traços psicopatas levam inevitavelmente a atos criminosos. Quase todos os estudos de pessoas que supostamente possuíam esses traços foram com prisioneiros condenados, e suas personalidades inevitavelmente tendem a ser apresentadas de maneira negativa. Se descrevermos os mesmos traços positivamente, o tipo de personalidade parece muito diferente, e não parece haver razão para as pessoas desse tipo serem inerentemente criminosas.

As teorias psicológicas da criminalidade podem, na melhor hipótese, explicar apenas alguns aspectos do crime. Embora alguns criminosos possam possuir características de personalidade diferentes do restante da população, é altamente improvável que a maioria dos criminosos possua. Existem tantos tipos diferentes de crime, desde assassinatos e ataques violentos e agressivos, até a fraude calculista e bem planejada, que se torna implausível supor que todos aqueles que cometem crimes compartilhem das mesmas características psicológicas.

As abordagens biológicas e psicológicas da criminalidade presumem que o desvio é um sinal de algo “errado” com o

indivíduo, não com a sociedade. Elas consideram que o crime é causado por fatores além do controle do indivíduo, embutidos em seu corpo ou mente. Portanto, se a criminologia científica pudesse identificar as causas do crime, seria possível tratar essas causas e prevenir o comportamento criminoso. Nesse sentido, as teorias biológicas psicológicas do crime são de natureza positivista. Como aprendemos no Capítulo 1, o positivismo é a crença de que a aplicação de métodos científicos naturais ao estudo do mundo social pode revelar suas verdades básicas. No caso da criminologia positivista, isso levou a pesquisas empíricas visando identificar as causas individuais do crime para se fazerem recomendações sobre como erradicá-lo. Talvez essa promessa de uma solução fácil explique por que essas teorias continuam surgindo.

A criminologia positivista sofreu muitas críticas das gerações seguintes de estudiosos. Eles argumentam que qualquer explicação satisfatória sobre a natureza do crime deve ser sociológica, pois aquilo que o crime é, na verdade, depende das instituições sociais da sociedade. Com o tempo, a atenção voltou-se das explicações individualistas para teorias sociológicas, que enfatizam o contexto social e cultural onde o crime e o desvio ocorrem. Qualquer resposta completa para nossa pergunta de “por que as pessoas cometem crimes” deve ser sociológica, e provavelmente começará questionando os termos implícitos na pergunta. Por exemplo, o que se quer dizer exatamente com “crime” e “desvio”?

Neste capítulo, analisamos várias explicações sociológicas para o comportamento criminoso e desviante. Todavia, primeiramente analisaremos melhor o que significam termos como desvio e crime. Mais adiante no capítulo, examinaremos o crime no Reino Unido e em outros locais, antes de nos voltarmos para algumas questões importantes relacionadas com as vítimas e com os criminosos.

Conceitos básicos

O desvio pode ser definido como uma desconformidade em relação a um determinado conjunto de normas que são aceitas por um número significativo de pessoas em uma comunidade ou sociedade. Nenhuma sociedade pode ser dividida de maneira simples entre aqueles que se desviam das normas e aqueles que se conformam com elas. A maioria das pessoas, em certas ocasiões, transgredir regras de comportamento aceitas. Geralmente, seguimos as normas sociais porque, como resultado da socialização, estamos acostumados a fazê-lo. Todas as normas sociais são acompanhadas de sanções que promovem a conformidade e protegem contra a desconformidade. Uma sanção é qualquer reação das pessoas ao comportamento de um indivíduo ou grupo, que visa garantir a adesão a uma determinada norma. As sanções podem ser positivas (oferecer recompensas pela conformidade) ou negativas (punir o comportamento que não se conforme). As sanções podem ser aplicadas de maneira informal ou formal. As sanções informais são reações menos organizadas e mais espontâneas à desconformidade. Um aluno estudioso que é criticado pelos colegas por estudar demais, ou que é acusado de ser um “chato” quando se recusa a sair à noite, sofre uma forma de sanção informal. As sanções informais também ocorrem quando um

indivíduo que faz um comentário sexista ou racista recebe respostas de desaprovação dos amigos ou colegas de trabalho.

As sanções formais são aplicadas por um determinado grupo de pessoas ou entidade para garantir que um conjunto específico de normas seja seguido. Os principais tipos de sanções formais nas sociedades modernas são aqueles representados pelos tribunais e prisões. Uma lei é uma sanção formal definida pelo governo como uma regra ou princípio que seus cidadãos devem seguir, ela é usada contra pessoas que não agem em conformidade com as normas sociais.

Muitas pessoas podem ter cometido pequenos atos como roubos e furtos na juventude ou levado pequenos objetos do local de trabalho – como papéis e canetas do escritório – para uso pessoal. Em um determinado ponto da nossa vida, talvez tenhamos passado do limite de velocidade, passado trotes pelo telefone ou fumado maconha.

O desvio e o crime não são sinônimos, embora, em muitos casos, se sobreponham. O conceito de desvio é muito mais amplo do que o de crime, que se refere apenas à conduta inconformista que contraria a lei. Muitas formas de comportamento desviante não sofrem sanções legais. Assim, os estudos sobre o desvio podem analisar fenômenos tão diversos quanto o naturismo, a cultura *rave* e os viajantes da Nova Era.

O conceito de desvio pode ser aplicado ao comportamento individual e à atividade de grupos. Uma ilustração aqui é o culto Hare Krishna, um grupo religioso cujas crenças e modo de vida são diferentes dos da maioria da população. O culto foi estabelecido na década de 1960, quando Sri Prabhupada chegou ao Ocidente, vindo da Índia, para difundir a palavra da consciência de Krishna. Ele direcionava sua mensagem particularmente a jovens que eram usuários de drogas, proclamando que se podia “ficar embriagado o tempo todo, descobrir a felicidade eterna” seguindo seus ensinamentos. Os Hare Krishnas se tornaram uma visão familiar, dançando e cantando nas ruas, administrando restaurantes vegetarianos e distribuindo literatura sobre suas crenças. A maioria das pessoas costuma considerá-los sob uma luz tolerante, mesmo que suas visões sejam um tanto excêntricas.

Os Hare Krishnas representam um exemplo de **subcultura desviante**. Embora seus membros tenham diminuído desde o pico de alguns anos atrás, eles têm sobrevivido com facilidade na sociedade mais ampla. A organização é rica, financiada por doações de membros e simpatizantes. Sua posição diverge da de outra cultura desviante, que pode ser mencionada como um contraste: a dos indivíduos permanentemente sem-teto – pessoas que moram nas ruas durante o dia, passando o tempo em parques ou prédios públicos. Eles podem dormir ao relento ou buscar refúgio em albergues. A maioria dos sem-teto vive uma existência precária às margens da sociedade.

Duas disciplinas distintas, mas afins, estão envolvidas no estudo do crime e do desvio. A **criminologia** é uma discipli-

na interdisciplinar, preocupada principalmente com formas de comportamento que são sancionadas pela lei criminal. Os criminologistas costumam se interessar em técnicas para investigar crimes, tendências em taxas de criminalidade e políticas visando a redução da criminalidade. A **sociologia do desvio** baseia-se na pesquisa criminológica, mas também investiga a conduta que vai além da lei criminal. Os sociólogos que estudam o comportamento desviante buscam entender *por que* certos comportamentos são amplamente considerados desviantes em primeiro lugar, e como essas noções de desvio são aplicadas a grupos de pessoas dentro da sociedade.

O estudo do desvio, portanto, direciona nossa atenção para a questão do poder, bem como da influência da classe social – as divisões entre ricos e pobres. Quando analisamos o desvio ou conformidade com as regras ou normas sociais, sempre devemos ter em mente a questão de *de quem* são essas regras? Como veremos, as normas sociais são bastante influenciadas por divisões de poder e classe.

Explicando o crime e o desvio: teorias sociológicas

Na sociologia do desvio, nenhuma teoria individual emergiu como dominante, ao contrário, muitas perspectivas teóricas continuam relevantes e úteis. Tendo analisado brevemente as explicações biológicas e psicológicas, passaremos agora para as quatro abordagens sociológicas que têm sido mais influentes na sociologia do desvio: *teorias funcionalistas*, *teorias interacionistas*, *teorias de conflito* e *teorias de controle*.

Teorias funcionalistas

As teorias funcionalistas consideram que o crime e o desvio resultam de tensões estruturais e da falta de regulação moral na sociedade. Se as aspirações dos indivíduos e grupos não coincidem com as gratificações existentes na sociedade, uma disparidade entre os desejos e sua realização poderá ser observada nas motivações desviantes de alguns dos seus membros.

Crime e anomia: Durkheim e Merton

Como vimos no Capítulo 1, o conceito de **anomia** foi introduzido por Emile Durkheim, que sugeria que nas sociedades modernas as normas e padrões tradicionais são enfraquecidos sem serem substituídos por novas normas e padrões. Existe anomia quando não há padrões claros para orientar o comportamento em uma determinada área da vida social. Nessas circunstâncias, as pessoas podem se sentir desorientadas e ansiosas, Durkheim considerava a anomia como um dos fatores sociais que influenciam as disposições ao suicídio.

Durkheim considerava o crime e o desvio como fatos sociais, argumentando que ambos eram elementos inevitáveis e necessários das sociedades modernas. Segundo Durkheim, na era moderna, as pessoas são menos limitadas do que nas sociedades tradicionais. Como existe mais espaço para escolhas pessoais, é inevitável que haja um grau de inconformidade ou desvio. Jamais haverá um consenso total em qualquer sociedade quanto às normas e valores que a regem.

REFLEXÃO CRÍTICA

Que atos criminosos ou desviantes você ou seus amigos já cometeram? Depois deles, vocês se consideraram “criminosos” ou “desviantes”? Por que a maioria das pessoas *não* se enxerga dessa forma depois de cometer tais atos?



Devotos do Hare Krishna dançando e cantando nas ruas de Londres.

Durkheim também argumentava que o desvio é necessário para a sociedade, pois cumpre duas funções importantes. Primeiro, o desvio tem uma função *adaptativa*, ele pode introduzir novas ideias e desafios na sociedade e, portanto, pode ser uma força inovadora, trazendo mudanças sociais e culturais. Em segundo lugar, promove a *manutenção de limites* entre os “bons” e “maus” comportamentos, um ato desviante ou criminoso pode provocar uma resposta coletiva que aumente a solidariedade grupal e esclareça as normas sociais. Por exemplo, os residentes de um bairro que enfrenta problemas com traficantes podem se unir após um tiroteio ligado ao tráfico de drogas e se comprometer em manter a área livre de drogas. As influentes ideias de Durkheim sobre o crime e o desvio ajudaram a mudar o foco da atenção, de explicações individuais para forças e relações sociais.

Explicações subculturais

Seguindo o trabalho de Merton, Albert Cohen também enxergava as contradições na sociedade norte-americana como a principal causa do crime. Todavia, enquanto Merton enfatizava as respostas desviantes individuais, Cohen acreditava que essas respostas adaptativas ocorriam coletivamente pela formação de **subculturas**. Em *Delinquent Boys* (1955), Cohen argumenta que os garotos da classe baixa trabalhadora que vivem frustrados com suas posições na vida, muitas vezes, se unem em subculturas delinquentes, como as *gangues*. Essas subculturas rejeitam os valores da classe média,

substituindo-os por normas que celebram a rebeldia, como a delinquência e outros atos de inconformidade.

Richard A. Cloward e Lloyd E. Ohlin (1960) concordam com Cohen, que diz que a maioria dos jovens delinquentes emerge da classe baixa trabalhadora. Porém, argumentam que os garotos mais “em risco” são aqueles que internalizam os valores da classe média e foram encorajados, com base na capacidade, a aspirar a um futuro de classe média. Quando esses jovens entendem que não são capazes de realizar seus objetivos, se tornam particularmente propensos à atividade delincente. Em seu estudo sobre gangues de jovens, Cloward e Ohlin observam que as gangues surgem em comunidades subculturais onde as chances de sucesso por meios legítimos são pequenas, como entre as minorias étnicas pobres dos centros urbanos degradados.

Definindo desvio

Muitas pessoas consideram óbvio que uma sociedade bem estruturada seja projetada para impedir que o comportamento desviante ocorra. Contudo, como vimos antes, Emile Durkheim afirmava que o desvio tem um papel importante a desempenhar em uma sociedade ordenada. Com a definição do que é desviante, tornamo-nos cientes do que não é desviante e, assim, aprendemos os padrões que compartilhamos como membros da sociedade. Não é necessariamente essencial que tenhamos que tentar eliminar o desvio por completo. É mais provável, conforme pensava Durkheim, que a sociedade deva mantê-lo dentro de limites aceitáveis.

Estudos clássicos 21.1 Robert Merton e o decadente sonho americano**O problema de pesquisa**

Por que as pessoas cometem crimes? Por que as taxas de criminalidade ainda são altas nas sociedades relativamente ricas? Para responder essas perguntas, o sociólogo norte-americano Robert K. Merton usou o conceito de Durkheim da anomia para construir uma teoria influente, que encontra as fontes do crime na estrutura social da sociedade norte-americana (Merton, 1957). Merton tenta explicar a observação estabelecida, a partir das estatísticas oficiais, de que uma grande proporção dos crimes por ganho financeiro é cometida pela "classe baixa trabalhadora" – indivíduos de famílias que fazem trabalhos braçais e de colarinho azul. Por que isso ocorre?

A visão de Merton

Merton usou o conceito de "anomia" para descrever a *pressão* imposta sobre o comportamento dos indivíduos, quando valores culturais amplamente aceitos entram em conflito com a realidade social em que vivem.

Na sociedade norte-americana – e, por implicação, em sociedades industriais semelhantes – os valores comuns enfatizam o sucesso material, sendo os meios de alcançá-lo a autodisciplina e muito trabalho. Desse modo, as pessoas que trabalham muito terão sucesso, não importa seu ponto de partida na vida – uma ideia conhecida nos Estados Unidos como o *american dream*, pois se mostrou atraente para muitos grupos de imigrantes. De ma-

neira controversa à época, Merton argumentava que, para muitos grupos sociais, geralmente era apenas um sonho, pois os grupos mais desprivilegiados têm poucas oportunidades convencionais para avançar, ou nenhuma. Não obstante, aqueles que não alcançam o "sucesso" se consideram condenados por sua aparente incapacidade de fazer progresso material. Nessa situação, existe muita pressão para progredir por qualquer meio, legítimo ou ilegítimo. O desvio e o crime, desse modo, são produtos da tensão entre os valores culturais das pessoas e a distribuição desigual de oportunidades legítimas dentro da sociedade.

Merton identifica cinco respostas possíveis às tensões entre valores endossados socialmente e os meios limitados para alcançá-los (ver o Quadro 21.1). Os *conformistas* aceitam os valores comuns e os meios convencionais para realizá-los. A maioria da população está nessa categoria. Os *inovadores* também aceitam valores socialmente aprovados, mas buscam meios ilegais ou ilegítimos para segui-los. Os criminosos que adquirem riqueza por meio de atividades ilegais exemplificam esse tipo. Os *ritualistas* seguem os padrões sociais, embora tenham perdido de vista os valores por trás desses padrões. As regras são seguidas por si mesmas, sem uma finalidade mais ampla em vista, de um modo compulsivo. Um ritualista é alguém que se dedica a um emprego tedioso, mesmo que não tenha perspectivas de carreira e traga poucas gratificações. Os *evasivos* abandonam os valores e os meios legítimos, efetivamente "excluindo-se" da sociedade



A ideia do *american dream* – uma sociedade aberta, onde as pessoas sempre vencerão por seu esforço próprio – tem motivado pessoas de todo o mundo a viver e trabalhar nos Estados Unidos.

vigente. Exemplos seriam os membros de comunidades fechadas ou os viciados, que não desempenham nenhum papel no funcionamento da sociedade.

Exemplos seriam os membros de comunas autossustentáveis e viciados que não participam do funcionamento da sociedade. Finalmente, os *rebeldes* rejeitam os valores existentes e os meios legítimos, mas, ao contrário de abandonarem a sociedade, trabalham ativamente para implantar novos valores e reconstruir o sistema social. Os membros de grupos políticos radicais se enquadram nessa categoria.

Pontos de crítica

Os críticos dizem que, ao se concentrar em respostas individuais, Merton não entendeu a importância das *subculturas* na manutenção do comportamento desviante. Sua confiança nas estatísticas oficiais também é problemática, pois elas já se mostraram falhas e pouco confiáveis. Também se observou que a tese de Merton parece superestimar a quantidade de criminalidade na "classe baixa trabalhadora" – ela implica que todos os membros dessa classe devem ter uma tendência à criminalidade. Porém,

considerando-se que a maioria das pessoas dessa classe jamais se envolve em crimes, temos que perguntar, por que não?

Relevância contemporânea

O estudo de Merton mantém sua relevância porque lida com um problema de pesquisa central no estudo do crime e do desvio: quando a sociedade como um todo está se tornando mais rica, por que as taxas de criminalidade continuam a aumentar? Ao enfatizar a tensão social entre as aspirações de progresso e as desigualdades sociais estruturais, Merton cita o senso de *privação relativa* entre os grupos da classe trabalhadora como um importante motivador para o comportamento desviante. Sua pesquisa também foi uma crítica sociológica efetiva a explicações biológicas e psicológicas para o crime e o desvio. Ele demonstra que as escolhas e motivações individuais sempre existem dentro de um contexto social mais amplo, que afeta as decisões conforme o lugar ocupado pelos grupos sociais e as oportunidades diferenciais disponíveis.



A ideia de *privação relativa* é discutida no Capítulo 12, "Pobreza, exclusão e bem-estar social".

Quadro 21.1 Respostas adaptativas à tensão social

	Valores aprovados	Meios aprovados
Conformidade	+	+
Inovação (crime)	+	-
Ritualismo	-	+
Evasão	-	-
Rebeldia	Substituição	Substituição

Setenta anos após o surgimento da obra de Durkheim, o sociólogo Kai Erikson publicou *Wayward Puritans* (1966), um estudo sobre o desvio na Nova Inglaterra nos Estados Unidos durante o século XVII. Erikson queria "testar a noção [de Durkheim] de que o número de indivíduos desviantes que uma comunidade pode reconhecer provavelmente se manterá constante ao longo do tempo". Sua pesquisa o levou a concluir que "a capacidade de uma comunidade de lidar com o desvio, podemos dizer, pode ser estimada aproximadamente contando suas celas e leitos hospitalares, seus policiais e psiquiatras, seus tribunais e clínicas... As agências de controle parecem definir seu trabalho como manter o desvio dentro de limites, em vez de obliterá-lo totalmente". Erikson propôs a hipótese de que as sociedades precisam de suas cotas de desvio e que elas agem de maneira a mantê-las intactas.

Todavia, o que a sociedade faz quando a quantidade de comportamento desviante fica demais? Em "Defining Deviance Down" (1993), um controverso artigo do acadêmico e político norte-americano Daniel Patrick Moynihan, argumenta-se que os níveis de desvio nos Estados Unidos aumentaram além do ponto que a sociedade poderia aceitar. Como resultado, a sociedade tem "redefinido o desvio para eximir muitas condutas que antes eram estigmatizadas", e também elevado silenciosamente o nível "normal", de modo que o comportamento considerado anormal segundo um padrão anterior não é mais

considerado como tal. Um exemplo foi a desinstitucionalização de pacientes mentais que começou na década de 1950. Em vez de serem institucionalizados à força, os doentes mentais eram tratados com tranquilizantes e, depois, liberados. Como resultado, o número de pacientes psiquiátricos em Nova York caiu de 93 mil em 1955 para apenas 11 mil em 1992.

O que aconteceu com todos esses pacientes psiquiátricos? Muitos deles se tornaram moradores de rua, dormindo ao relento espalhados por Nova York. "Reduzindo-se a definição de desvio", as pessoas que dormiam na rua foram então redefinidas, não como insanas, mas como pessoas que não possuíam habitação acessível. Ao mesmo tempo, o nível "normal" aceitável para o crime aumentou. Moynihan fala que, depois do massacre no dia de São Valentim em 1929, quando sete gangsters foram mortos, os Estados Unidos ficaram indignados. Atualmente, assassinatos violentos envolvendo gangues são tão comuns que quase não há reação. Moynihan também considera a pouca divulgação do crime como outro modo em que ele se torna "normalizado". E conclui: "estamos nos acostumando com muitos comportamentos que não são bons para nós".

Avaliação

As teorias funcionalistas enfatizam corretamente as conexões entre a conformidade e o desvio em diferentes contextos sociais. A falta de oportunidade de sucesso é um importante fator que

diferencia aqueles que apresentam comportamento criminoso e os que não apresentam. Porém, devemos ter cautela com a ideia de que as pessoas em comunidades mais pobres aspiram ao mesmo nível de sucesso que os grupos mais ricos. A maioria das pessoas tende a adaptar suas aspirações ao que consideram como a realidade de sua situação, e somente uma minoria se volta para o crime. Merton, Cohen e Cloward e Ohlin podem ser criticados por presumirem que os valores da classe média são aceitos em toda a sociedade. Também seria errado supor que essa disparidade entre aspirações e oportunidades se limita aos menos privilegiados. Também existem pressões para a atividade criminal entre outros grupos, conforme indicam os “crimes de colarinho branco” representados por enriquecimento ilícito, fraude e evasão fiscal, que abordaremos mais adiante.

A teoria interacionista

Os sociólogos que estudam o crime e o desvio dentro da tradição interacionista enfocam o desvio como um fenômeno socialmente construído. Eles rejeitam a ideia de que existem tipos de conduta que são inerentemente “desviantes”. Ao contrário, os interacionistas perguntam como os comportamentos vêm a ser definidos como desviantes e por que certos grupos, e não outros, são rotulados como desviantes.

Perspectivas da rotulação/etiquetagem

Uma das mais importantes abordagens interacionistas para entender o crime e o desvio é a **perspectiva da rotulação/etiquetagem**. Os teóricos da rotulação interpretam o desvio não como um conjunto de características de indivíduos ou grupos, mas como um processo de interação entre desviantes e não desviantes. Portanto, podemos descobrir por que certas pessoas passam a receber o rótulo de “desviante” se entendermos a natureza do próprio desvio.

As pessoas que representam as forças da lei e da ordem, ou que são capazes de impor definições da moralidade convencional sobre outras pessoas, são responsáveis pela maior parte da rotulação. Desse modo, os rótulos que criam categorias de desvio expressam a estrutura de poder da sociedade. De maneira geral, as regras segundo as quais o desvio é definido são formuladas pelos ricos para os pobres, pelos homens para as mulheres, por pessoas mais velhas para os jovens, e por maiores étnicas para os grupos de minoria. Por exemplo, muitas crianças entram nos jardins de outras pessoas, roubam frutas ou fazem travessuras. Em um bairro rico, pais, professores e policiais podem considerar essas como brincadeiras inocentes típicas da infância. Em áreas mais pobres, elas podem ser vistas como tendências para a delinquência juvenil. Depois que uma criança é rotulada como delinquente, ela é estigmatizada e provavelmente não será considerada merecedora de confiança por professores e possíveis empregadores. Em ambos os casos, os atos são os mesmos, mas lhes são atribuídos significados diferentes.

Howard Becker é um dos principais sociólogos associados às perspectivas de rotulação. Seu trabalho mostra como as identidades desviantes são produzidas por meio de processos de rotulação, em vez de motivações ou comportamentos desviantes. Becker argumenta que o “comportamento desviante

é o comportamento que as pessoas rotulam como tal”. Ele era bastante crítico das abordagens criminológicas que enxergavam uma distinção clara entre o “normal” e o “desviante”. Para Becker, o comportamento desviante não é o fator que determina por que as pessoas se tornam “desviantes”. Ao contrário, existem processos que não têm relação com o comportamento em si, que são mais influentes para determinar se alguém é rotulado como desviante ou não. A roupa, o modo de falar ou o país de origem da pessoa podem ser os fatores que determinam se o rótulo de desviante será aplicado ou não.

A teoria da rotulação passou a ser associada aos estudos de Becker sobre fumantes de maconha (Becker, 1963). No começo da década de 1960, fumar maconha era uma atividade marginal dentro de subculturas, assim como a escolha de estilo de vida se tornou hoje em dia. Becker observou que o processo de se tornar um fumante de maconha dependia da aceitação do indivíduo na subcultura, uma associação íntima com fumantes experientes e as posturas do indivíduo quanto àqueles que não eram usuários.

A rotulação não apenas afeta a maneira como os outros enxergam o indivíduo, mas também influencia o senso de identidade pessoal dele. Edwin Lemert (1972) propôs um modelo para entender como o desvio pode coexistir ou se tornar central à identidade da pessoa. Ele argumenta que, ao contrário do que alguns podem pensar, o desvio é bastante comum, e as pessoas geralmente conseguem viver com ele. Por exemplo, certos atos desviantes, como infrações no trânsito, raramente vêm à tona, enquanto outros, como furtos pequenos no local de trabalho, muitas vezes são “ignorados”. Lemert chama o ato inicial de transgressão de **desvio primário**. Na maioria dos casos, esses atos permanecem “marginais” à identidade pessoal do indivíduo, iniciando-se um processo pelo qual o ato desviante é “normalizado”. Em outros casos, porém, a normalização não ocorre e a pessoa é rotulada como criminosa ou delinquente. Lemert usa o termo **desvio secundário** para descrever casos em que os indivíduos passam a aceitar o rótulo e se consideram desviantes. Nesses casos, o rótulo pode se tornar central para a identidade da pessoa e levar à continuação ou intensificação do comportamento desviante.

Em um estudo influente de William Chambliss (1973), intitulado “The Saints and the Roughnecks”, o processo de rotulação foi relacionado à estrutura mais ampla das classes sociais. Chambliss estudou dois grupos de delinquentes em uma escola norte-americana, um de famílias da classe média-alta – os Saints (santos) – e outro de famílias pobres – os Roughnecks (desordeiros). Embora os Saints se envolvessem constantemente em pequenos crimes como bebedeiras, vandalismo, falta às aulas e furto, nenhum de seus membros jamais foi preso. Os Roughnecks se envolviam em atividades semelhantes, mas estavam sempre com problemas com a polícia. Chambliss concluiu que nenhum dos dois grupos era mais delinquente do que o outro e procurou outros fatores para explicar as diferentes reações da polícia e da comunidade aos dois grupos.

Ele observou que a gangue da classe alta tinha carros e era fisicamente capaz de se retirar dos olhos da comunidade. Os garotos da classe baixa, por necessidade, se congregavam em uma área pública, onde estavam frequentemente à vista. Chambliss concluiu que esse tipo de diferença era um indicativo da

REFLEXÃO CRÍTICA

Qual desses atos não convencionais é mais provável de ser rotulado como "desviante"? Como você explicaria por que uma dessas pessoas é mais provável de ser rotulada como "desviante" do que a outra? Liste as consequências para o indivíduo por ter sido rotulado como tal.



estrutura de classe da sociedade, que dava vantagens aos grupos mais ricos que lhes permitiam não ser rotulados como desviantes. Por exemplo, os pais dos Saints consideravam os crimes dos seus filhos como brincadeiras inofensivas, ao passo que os pais dos Roughnecks aceitavam que a polícia definisse o comportamento de seus filhos como criminoso. A comunidade como um todo também parecia compartilhar esses rótulos distintos.

Os meninos continuaram levando vidas coerentes com os rótulos, os Saints vivendo uma existência convencional de classe média, e os Roughnecks com problemas constantes com a lei. Como vimos antes, isso está ligado ao que Lemert chamava de "desvio secundário", que impede que as pessoas continuem como "normais" depois que foram rotuladas como "desviantes". O estudo de Chambliss demonstra as conexões entre fatores macrosociológicos como a classe social e fenômenos microsociológicos, como a maneira em que as pessoas passam a ser rotuladas como desviantes. A pesquisa mostra, portanto, por que precisamos de uma imaginação sociológica que relacione os fatores de micro e macroescala.

O processo de "aprender a ser desviante", pelo qual passaram os Roughnecks, tende a ser acentuado por prisões e agências sociais, as mesmas organizações que são criadas para corrigir o comportamento desviante. Para os teóricos da rotulação, essa é uma demonstração clara do "paradoxo do controle social" descrito por Leslie Wilkins (1964) como **amplificação do desvio**.

Wilkins estava interessado em como as identidades desviantes são "controladas" e integradas à vida cotidiana. Ele sugere que o resultado desse processo é a amplificação do desvio, que se refere à consequência involuntária de se rotular um comportamento como desviante, quando um órgão de controle na verdade provoca o mesmo comportamento desviante. Se a pessoa rotulada incorpora o rótulo à sua iden-

tidade por meio do desvio secundário, é provável que isso provoque mais respostas dos órgãos de controle. Em outras palavras, o comportamento que era considerado indesejável se torna comum, e aqueles rotulados como desviantes se tornam mais resistentes à mudança.

Avaliação

As perspectivas de rotulação são importantes porque partem do princípio de que nenhum ato é intrinsecamente "desviante" ou "criminoso". Essas definições são estabelecidas pelos poderosos, por meio da formulação de leis e sua interpretação pela polícia, tribunais e instituições correcionais. Os críticos da rotulação argumentam que certos atos são universalmente e consistentemente proibidos em praticamente todas as sociedades, como assassinato, estupro e roubo. Todavia, essa visão certamente está incorreta. Matar, por exemplo, nem sempre é considerado assassinato. Em tempos de guerra, matar o inimigo é algo que tem aprovação e é recompensado. Até pouco tempo atrás, as leis na Grã-Bretanha não reconheciam como estupro o coito forçado pelo marido contra a vontade da mulher, o que mostra que a rotulação muda com o passar do tempo.

Todavia, podemos criticar as perspectivas de rotulação com argumentos mais convincentes. Primeiro, concentrando-nos tão fortemente no desvio secundário, os teóricos da rotulação negligenciam os processos que levam as pessoas a cometer atos de desvio primário. A rotulação de certas atividades como desviantes não é totalmente arbitrária, as diferenças na socialização, as posturas e as oportunidades, tudo isso influencia o quanto as pessoas podem apresentar comportamentos rotulados como desviantes. Por exemplo, crianças de origens pobres são mais prováveis de roubar em lojas do que crianças ricas. Não é o fato de serem rotuladas que as leva a roubar em primeiro lugar, mas as origens de onde vêm.

Estudos clássicos 21.2 Os folk devils e o pânico moral de Stan Cohen

O problema de pesquisa

As subculturas jovens são coloridas, espetaculares e, para alguns, bastante assustadoras. Você pode ter ou não feito parte de uma. Mas como as subculturas jovens são criadas? E como as sociedades reagem a esses desvios da juventude? Que papel a mídia de massa desempenha na divulgação, digamos de *skinheads*, *punks* ou da cultura *rave*? O processo de *amplificação do desvio* foi analisado em um estudo bastante influente realizado por Stanley Cohen, publicado em 1972 sob o título de *Folk Devils and Moral Panics*. Nesse estudo clássico, Cohen analisou os processos de rotulação em relação à emergência e controle das culturas jovens no Reino Unido. Como um jovem estudante de pós-graduação, Cohen assistiu a alguns dos conflitos entre os "Mods" e os "Rockers" na cidade litorânea de Clacton em 1964, mas não conseguia conciliar o que assistia com os relatos que lia nos jornais do dia seguinte. Será que ele não tinha presenciado toda a violência divulgada ou havia outra explicação?

A visão de Cohen

Manchetes sensacionalistas como "Dia de terror causado por grupos de motoqueiros" e "Selvagens invadem o litoral" descrevem os jovens como "descontrolados". Cohen observa que, ainda que esses relatos sejam exagerados, eles estabeleceram o tom das matérias futuras. Revisando cuidadosamente as evidências documentais dos jornais, notas judiciais e registros de prisões, Cohen pode reconstruir os fatos ocorridos em Clacton e mostrar que, com exceção de pequenas brigas, não houve nada fora do comum. De fato, distúrbios muito piores ocorreram nos anos anteriores ao surgimento dos Mods e Rockers. Cohen afirma que, apresentando as atividades dos jovens de maneira sensacionalista, a imprensa contribuiu para gerar um clima de medo e pânico de que as regras morais da sociedade estariam ameaçadas. Desse modo, ela ajudou involuntariamente a *construir* novas formas de identidades jovens, em vez de fazer um relato a respeito delas.

As tentativas de controlar certas subculturas jovens no Reino Unido durante a década de 1960 apenas conseguiram chamar a atenção para elas e torná-las mais populares. O processo de ro-

tular um grupo como estranhos – ou *folk devils* – na tentativa de controlá-lo deu errado. Os próximos encontros na praia atraíram grupos muito maiores, incluindo jovens que apenas procuravam uma boa briga, potencialmente criando problemas maiores para a lei – um caso clássico do paradoxo do controle social que comentamos antes. A cobertura exagerada nos meios de comunicação faz parte de um novo pânico moral – um conceito que os sociólogos usam para descrever uma reação exagerada da sociedade a um determinado grupo social ou tipo de comportamento. O pânico moral, muitas vezes, emerge em torno de questões públicas que são consideradas sintomáticas de distúrbios sociais gerais.

Pontos de crítica

Os críticos argumentam que o principal problema com a teoria era como diferenciar um pânico moral exagerado de um problema social sério. Por exemplo, será que a resposta da sociedade aos atos terroristas recentes em nome do islã seria parte de um pânico moral, ou essa é uma questão tão séria que a cobertura extensiva da mídia e as novas leis se tornam apropriadas? Onde fica o limite entre um pânico desnecessário e uma resposta legítima? Quem decide? Outra crítica é que, nos últimos anos, há pânicos morais relacionados com questões como a criminalidade e o uso de drogas na juventude e "falsos" refugiados. Isso leva alguns sociólogos a argumentar que esses pânicos morais não se limitam a surtos intensos e efêmeros, mas se tomaram aspectos crônicos da vida cotidiana nas sociedades modernas e, desse modo, foram "normalizados".

Relevância contemporânea

O estudo de Cohen é particularmente importante porque combina as teorias da rotulação desviante com idéias sobre o controle social e a criação de identidades desviantes. Desse modo, ele criou o arcabouço para uma agenda muito produtiva de pesquisa na sociologia do desvio, que prossegue atualmente. Ele também nos lembra que, como sociólogos, não podemos tomar os acontecimentos literalmente ou aceitar os relatos dos jornalistas como precisos. Ao contrário, temos que escavar abaixo da superfície, se quisermos entender melhor as sociedades e os processos sociais.

Em segundo lugar, não está claro se a rotulação tem o efeito de aumentar a conduta desviante. O comportamento delinquente tende a aumentar após a condenação, mas será que isso realmente resulta da rotulação? Outros fatores, como o aumento na interação com outros delinquentes ou aprender sobre novas oportunidades de crime, também podem estar envolvidos.

Teorias de conflito e a "nova criminologia"

A publicação de *The New Criminology* por Taylor, Walton e Young em 1973 marcou um afastamento importante das antigas teorias sobre o crime e o desvio. Seus autores baseavam-se em elementos do pensamento marxista para argumentar que o desvio é escolhido deliberadamente e tem natureza política. Eles rejeitavam a ideia de que o desvio é "determinado" por fatores como biologia, personalidade, anomia, desorganização social ou rotulação. Ao contrário, as pessoas escolhem o comportamento desviante ativamente, em resposta às desigualdades do sistema capitalista. Assim, os membros de

grupos contraculturais considerados "desviantes" – como os defensores do *Black Power* ou movimentos pela liberação dos gays – estavam envolvidos em atos políticos que desafiavam a ordem social. Os teóricos da *nova criminologia* formulavam sua análise segundo a estrutura da sociedade e a proteção do poder da classe dominante.

Essa perspectiva ampla foi desenvolvida em direções específicas por outros sociólogos. Stuart Hall e outros autores do *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies* (BCCCS) fizeram um estudo importante sobre um fenômeno que havia atraído enorme atenção no começo da década de 1970 na Grã-Bretanha: o crime do "assalto". Vários assaltos foram divulgados, alimentando as preocupações populares com uma explosão de crimes violentos nas ruas. Os assaltantes costumavam ser retratados como negros, contribuindo para a visão de que os imigrantes eram os principais responsáveis pela degradação da sociedade. Em *Policing the Crisis* (1978), Hall e colaboradores dizem que isso era um pânico moral, in-

centivado pelo Estado e pela mídia como um meio de desviar a atenção do desemprego crescente, do declínio salarial e de outras falhas estruturais profundas na sociedade. Como veremos na seção sobre a vitimização, uma característica notável da padronização do crime e do desvio é que certos grupos sociais, como jovens de comunidades negras e sul-asiáticas, são muito mais prováveis de serem vítimas de crime ou de serem considerados como um problema social do que outros.

Por volta da mesma época, outros criminologistas analisaram a formação e o uso das leis na sociedade, argumentando que elas são ferramentas que os poderosos usam para manter suas posições privilegiadas. Eles rejeitavam a ideia de que as leis são “neutras”, para ser aplicadas igualmente para toda a população. Ao contrário, alegavam que, à medida que aumentam as desigualdades entre a classe dominante e a classe trabalhadora, a lei se torna um instrumento mais importante, que os poderosos usam para manter a ordem. Essa dinâmica pode ser observada no funcionamento do sistema de justiça criminal, que se tornou cada vez mais opressivo para os “infratores” da classe trabalhadora, ou na legislação fiscal, que favorece os ricos desproporcionalmente. Esse desequilíbrio de poder não se restringe à criação de leis. Os poderosos também infringem as leis, mas raramente são monitorados ou pegos. Esses crimes, de um modo geral, são muito mais nocivos do que os crimes e delinquência cotidianos que atraem mais atenção. Contudo, por medo das implicações de perseguir criminosos de “colarinho branco”, os agentes da lei concentram seus esforços nos membros menos poderosos da sociedade, como prostitutas, usuários de drogas e ladrões insignificantes (Pearce, 1976; Chambliss, 1978; Box, 1983).

Esses e outros estudos associados à “nova criminologia” foram importantes por ampliarem o debate sobre o crime e o desvio, de maneira a incluir questões sobre os níveis de dano, justiça social, poder e política. Eles enfatizam que o crime ocorre em todos os níveis da sociedade e deve ser compreendido no contexto das desigualdades e interesses contrários.

Realismo de esquerda

Na década de 1980, surge uma linha de criminologia, que se tornou conhecida como a “nova esquerda” ou “realismo de esquerda”. Essa linha também seguia as ideias da “nova criminologia” que discutimos, mas se distanciou dos chamados “idealistas de esquerda”, que acreditavam romantizar o desvio e fazer pouco caso do problema real da criminalidade, particularmente dentro das comunidades da classe trabalhadora. Por algum tempo, muitos criminologistas minimizaram a importância de aumentos nas taxas oficiais de criminalidade, argumentando que a mídia de massa havia criado uma agitação pública desnecessária em relação aos números, ou que a maioria dos crimes era uma forma disfarçada de protesto contra a desigualdade. O realismo de esquerda se afastou dessa posição, enfatizando que havia evidências confiáveis de aumento na criminalidade e que o público estava certo em se preocupar. Os realistas de esquerda argumentam que a criminologia devia se envolver mais com as questões “reais” do controle do crime e das políticas sociais, em vez de debetê-las de maneira abstrata (Lea e Young, 1984; Matthews e Young, 1986).

O realismo de esquerda chamava atenção para as vítimas do crime, argumentando que o estudo das vítimas proporcio-

REFLEXÃO CRÍTICA

Imagine que você foi pago para fazer uma pesquisa (uma ideia agradável!) sobre o uso de drogas e o dano causado. Como você mediria o nível de dano para indivíduos, comunidades e a sociedade, causado pelas seguintes substâncias legais e ilegais: tabaco, álcool, tranquilizantes permitidos, ecstasy (MDMA), cocaína, heroína. Quais consequências você prevê se *todas* essas substâncias fossem: (a) legalizadas ou (b) tornadas ilegais? Com base em suas conclusões, que recomendações você faria para aqueles que criam as políticas governamentais?

nava um quadro mais válido sobre o nível de criminalidade do que as estatísticas oficiais (Evans, 1992). O estudo das vítimas revelou que o crime era um problema sério, particularmente em áreas empobrecidas dos centros urbanos. Os realistas de esquerda apontaram que as taxas de criminalidade e vitimização se concentravam em bairros marginalizados e que os grupos pobres na sociedade estavam em situação de muito mais risco de crime do que os outros.

Essa abordagem baseia-se em Merton, Cloward e Ohlin e outros autores e sugere que as subculturas desenvolvem-se nos centros urbanos degradados e periferias. Essas subculturas não derivam da pobreza em si, mas da marginalização política e da **privação relativa** – as experiências das pessoas de serem privadas de coisas a que elas e todos os outros têm direito. Em épocas recentes, essas ideias têm sido cada vez mais discutidas usando-se o conceito de **exclusão social** – o processo que atua de maneira a negar efetivamente a cidadania plena a alguns grupos sociais dentro da sociedade. Os grupos de jovens criminalizados, por exemplo, vivem às margens da “sociedade respeitável” e se lançam contra ela. O fato de que as taxas de criminalidade para os negros aumentaram nos últimos anos é atribuído ao fracasso das políticas de integração racial.



As ideias de privação relativa e exclusão social são discutidas no Capítulo 12, “Pobreza, exclusão e bem-estar social”.

Para lidar com essas tendências na criminalidade, o realismo de esquerda promove propostas “realistas” para mudanças em procedimentos policiais. A aplicação e a fiscalização do cumprimento da lei devem ser mais sensíveis às comunidades, em vez de se basearem em técnicas de “policamento militar”, que alienam o apoio público. Os realistas de esquerda propõem o “policamento mínimo”, pelo qual autoridades policiais eleitas localmente deveriam responder aos cidadãos, que teriam maior participação na definição de prioridades de policamento para sua área. Além disso, gastando mais tempo investigando e resolvendo crimes, e menos tempo no trabalho de rotina ou administrativo, a polícia pode recuperar a confiança das comunidades locais. De um modo geral, o realismo de esquerda representa uma abordagem mais pragmática e voltada para as políticas públicas do que muitas das perspectivas criminológicas que o precederam.

Os críticos deste enfoque aceitam a importância de sua ênfase na vitimização, mas criticam seu foco em vítimas in-

dividuais dentro dos limites restritos das discussões políticas e na mídia sobre o “problema do crime”. Essas definições limitadas do crime concentram-se nas formas mais visíveis de criminalidade, como os crimes de rua, enquanto negligenciam outras infrações, como aquelas cometidas pelo Estado ou pelas grandes corporações (Walton e Young, 1998). Nesse sentido, segundo muitos marxistas, os realistas de esquerda haviam cedido espaço demais à criminologia com seu foco em mudar políticas públicas, e isso atrapalhou o cunho radical da nova criminologia.

Teorias do controle

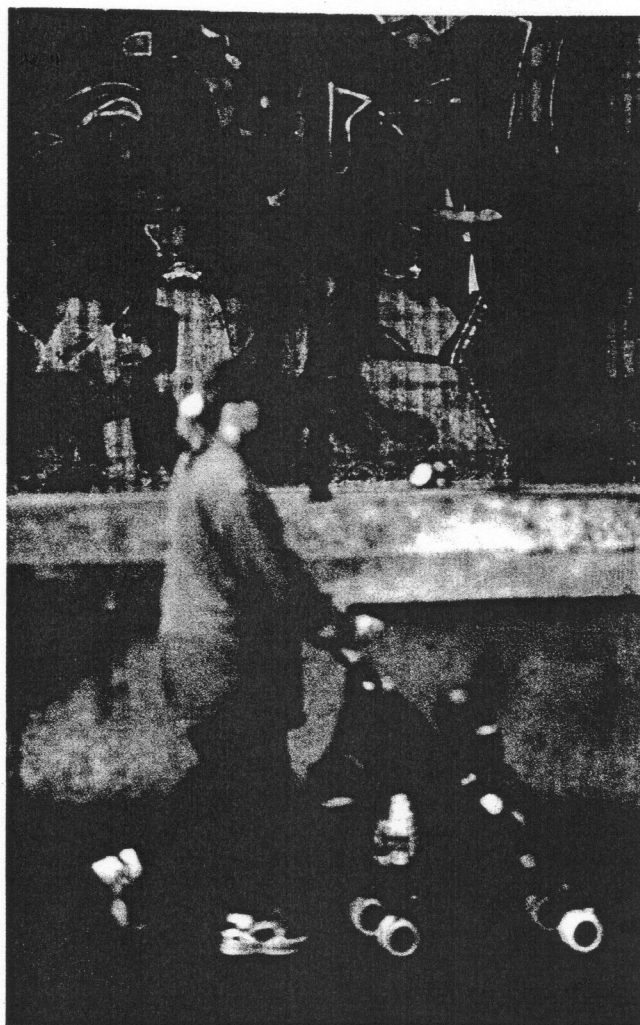
As teorias do controle postulam que o crime ocorre como resultado de um desequilíbrio entre impulsos para a atividade criminal e os controles sociais ou físicos que a impedem. Elas estão menos interessadas nas motivações dos indivíduos para cometer crimes, pressupondo que as pessoas agem de forma racional, e de um modo que, dada a oportunidade, todos cometeriam atos desviantes. Muitos tipos de crimes são resultados de “decisões situacionais” – uma pessoa enxerga uma oportunidade e se sente motivada para agir de modo a tirar vantagem dela.

Um dos primeiros teóricos do controle, Travis Hirschi, argumentava que os seres humanos são seres fundamentalmente egoístas, que tomam decisões calculistas sobre cometer crimes ou não, ponderando os benefícios potenciais contra os riscos. Em *Causes of Delinquency* (1969), a pesquisa de Hirschi mostra que existem quatro tipos de laços sociais ligando as pessoas à sociedade e, assim, ao comportamento de obedecer à lei: vínculo, comprometimento, envolvimento e crença. Quando suficientemente fortes, esses laços ajudam a manter o controle social e a conformidade, ligando as pessoas por meio de laços de conformidade. Porém, se esses laços com a sociedade forem fracos, pode ocorrer delinquência e desvio. A abordagem de Hirschi sugere que os delinquentes, muitas vezes, são indivíduos cujos níveis de autocontrole resultam de uma socialização inadequada na família ou na escola (Gottfredson e Hirschi, 1990).

Realismo de direita

No final da década de 1970, o sucesso eleitoral de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos levou a abordagens vigorosas de “lei e ordem” em relação ao crime nos dois países, descritas como **realismo de direita**. Essa abordagem mostrou-se influente principalmente nos Estados Unidos com a eleição de George W. Bush. Fala-se que a escalada percebida da criminalidade e da delinquência está ligada à degeneração moral, ao declínio da responsabilidade individual pela dependência do Estado de bem-estar social e pela educação liberal, ao colapso da família nuclear e das comunidades e à erosão mais ampla de valores tradicionais (Murray, 1984). Os debates públicos e a ampla cobertura da mídia giram em torno da crise de violência e ilegalidade que ameaça a sociedade.

Para os realistas de direita, o desvio era retratado como uma patologia individual – um conjunto de comportamentos ilegais e destrutivos, escolhidos conscientemente e perpetrados pelo egoísmo e falta de autocontrole e moralidade do indivíduo. Eles rejeitavam outras abordagens “teóricas” dis-



Os realistas de esquerda enfatizam os efeitos reais e bastante prejudiciais do crime sobre a vida das pessoas e das comunidades mais pobres da sociedade.

cutidas neste capítulo, especialmente aquelas que relacionam o crime à pobreza e às desigualdades de classe. Os governos conservadores do Reino Unido e dos Estados Unidos começaram a intensificar suas atividades de aplicação da lei. Os poderes de polícia foram ampliados, o financiamento para o sistema de justiça criminal aumentou e passaram a ser adotadas sentenças prisionais cada vez mais longas, como as formas mais efetivas de prevenir a criminalidade. Nos Estados Unidos, os governos estaduais criaram as *three strikes laws* na década de 1990, para lidar com infratores “habituais”. Se uma pessoa comete três infrações sérias separadas, a terceira traz uma sentença de prisão obrigatória, sem espaço para os juízes exercerem seu arbítrio. Argumenta-se que os infratores triplos são comprovadamente incorrigíveis, e que a prioridade deve ser proteger o público das suas atividades. É claro que uma consequência importante dessa política foi um aumento enorme na população carcerária nos Estados Unidos.

A prevenção do crime envolvendo o fortalecimento de alvos e sistemas de vigilância é uma abordagem popular para “administrar” o risco da criminalidade (Vold et al., 2002). Os legisladores costumam favorecer essas técnicas, pois são re-

lativamente simples de introduzir juntamente com técnicas existentes de policiamento e tranquilizam os cidadãos, dando a impressão de que estão tomando medidas decisivas contra o crime. Contudo, os críticos dizem que, como essas técnicas não lidam com as causas subjacentes da criminalidade – como as desigualdades sociais, o desemprego e a pobreza – seu maior sucesso está em proteger certos segmentos da população contra o crime e deslocar a delinquência para outras áreas.

Um exemplo desse processo pode ser visto na exclusão física de certas categorias de pessoas de espaços comuns, na tentativa de reduzir a criminalidade e os riscos percebidos de crimes. Em resposta aos sentimentos de insegurança entre a população mais ampla, os espaços públicos da sociedade, como bibliotecas, parques e mesmo as esquinas das ruas, estão sendo cada vez mais transformados em “bolhas de segurança”. As práticas de controle dos riscos, como o monitoramento policial, equipes de segurança privada e sistemas de vigilância, visam proteger o público contra riscos potenciais. Nos centros comerciais, por exemplo, as medidas de segurança estão se tornando mais proeminentes como parte de uma “barganha contratual” entre os empresários e os consumidores. Para atrair e manter uma base de clientes, os lojistas devem garantir a segurança e o conforto de seus clientes. Os jovens tendem a ser excluídos desses espaços em níveis desproporcionais, pois são percebidos como uma ameaça maior à segurança e são estatisticamente mais prováveis de cometer infrações do que os adultos. Como consequência da criação de “locais confiáveis” para os clientes, os jovens verificam que o número de espaços públicos abertos a eles está minguando.

As forças policiais também se ampliaram em resposta ao aumento na criminalidade. Quando as taxas de criminalidade aumentam, há um clamor público por mais polícia “nas ruas”. Governos ávidos por parecer decididos em relação ao crime tendem a favorecer o aumento do número de agentes e recursos para a polícia, na tentativa de prevenir o crime. A visão comum do policiamento é que é o alicerce que mantém a lei e a ordem. Mas qual é o papel da polícia no controle do crime? Não está claro que ter mais policiais se traduz necessariamente em taxas menores de criminalidade. No Reino Unido, as estatísticas oficiais sobre a taxa de criminalidade e o número de policiais colocam em dúvida a relação entre os dois. Isso levanta algumas questões instigantes. Se o aumento no policiamento não previne as infrações, por que o público exige uma presença visível da polícia? Que papel o policiamento desempenha realmente em nossa sociedade?

Controlando o crime

Alguns teóricos do controle consideram que a criminalidade crescente é resultado do maior número de oportunidades e alvos para o crime nas sociedades modernas. À medida que a população se torna mais rica, o consumismo se torna mais central para as vidas das pessoas, e cada vez mais pessoas possuem bens como televisores, aparelhos de DVD, computadores, carros e roupas da moda – alvos favoritos dos ladrões. Cada vez mais, residências são esvaziadas durante o dia, à medida que as mulheres começam a trabalhar fora de casa. Os “infratores motivados”, interessados em cometer crimes, podem selecionar entre uma ampla variedade de “alvos adequados”.

Em resposta, as políticas oficiais de prevenção do crime, nos últimos anos, se concentraram em limitar as oportunidades para cometer crimes, em uma abordagem conhecida como **prevenção situacional do crime** (Hughes, 1998; Colquhoun, 2004). Centrais a essas políticas, são as ideias de *vigilância* e *fortalecimento dos alvos*. A vigilância envolve as comunidades se “policiarem” por meio de esquemas de vigilância de bairro, e inclui a instalação de circuitos fechados de televisão nos centros urbanos e espaços públicos para deter a atividade criminosa. Modificar o ambiente local também se tornou uma técnica mais comum, dificultando o crime pela intervenção direta em “situações de crime” potenciais – esse é um tipo de “criminologia ambiental”, o nome dado para várias abordagens baseadas na ideia de intervir no ambiente para prevenir a atividade criminosa.

Embora as criminologias ambientais possam parecer novas, de fato, elas podem ser vistas como versões modernas da “abordagem ecológica” da Escola de Chicago de Sociologia nos Estados Unidos das décadas de 1920 e 1930. Os sociólogos da Escola de Chicago mapearam os padrões sociais de ambientes urbanos a partir das estatísticas oficiais, mostrando como as cidades se desenvolvem ao longo do tempo. Eles identificaram áreas específicas associadas a uma variedade de problemas sociais, como o crime, e as relacionaram à distribuição de grupos sociais pela cidade. As cidades modernas eram vistas como produtoras de “desorganização social” – o enfraquecimento das relações sociais primárias por meio da pobreza e de populações transitórias, com uma perda consequente de solidariedade social e coesão comunitária. O crime, segundo eles, floresce nesses ambientes, pois os bairros não são capazes de se defender efetivamente. Um eco dessa abordagem básica aos problemas do crime urbano pode ser ouvido nas criminologias ambientais modernas.



As ideias da Escola de Chicago são discutidas no Capítulo 6, “Cidades e vida urbana”.

O fortalecimento de alvos envolve aumentar a segurança dos alvos potenciais, tornando-os mais difíceis de roubar. Por exemplo, os dispositivos para desligar veículos, alarmes e fechaduras melhores já pré-instalados na fábrica visam reduzir as oportunidades para os ladrões de carros, e os telefones públicos são adaptados para os compartimentos mais fortes para as moedas para conter os vândalos oportunistas. Os teóricos da prevenção do crime situacional baseiam suas ideias em um sentimento comum de que as políticas anteriores que tentaram reformar os criminosos fracassaram. Em vez de mudar o criminoso, eles dizem que a política mais efetiva é tomar medidas práticas para controlar o ambiente onde os criminosos podem cometer crimes.

As técnicas de fortalecimento de alvos, combinadas com as políticas de tolerância zero, ganharam predileção entre os políticos nos últimos anos e conseguiram reduzir o crime em certos contextos. As políticas de tolerância zero são voltadas para crimes pequenos e formas de conduta perturbadora, como o vandalismo, o ócio e a embriaguez pública. Acredita-se que a repressão policial desses desvios menores tenha um efeito positivo em reduzir formas mais sérias de



Sinais físicos de desordem social podem levar a crimes mais sérios, segundo a tese da "janela quebrada".

crime. Porém, também se podem fazer críticas a essa abordagem. As abordagens de fortalecimento de alvos e tolerância zero não lidam com as causas subjacentes do crime, mas protegem e defendem certos grupos sociais do alcance dele. A popularidade crescente dos serviços de segurança privada, alarmes automotivos, alarmes domésticos, cães de guarda e comunidades muradas tem levado certas pessoas a sentir que estamos nos encaminhando para uma sociedade "armada", onde alguns segmentos da população se sentem compelidos a se defender de outros. Essa tendência está ocorrendo não apenas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, à medida que se amplia o abismo entre os mais ricos e os mais pobres, mas é particularmente notável na antiga URSS, na África do Sul e no Brasil, onde emergiu uma "mentalidade de fortaleza" entre os privilegiados (Davis, 2006).

Existe outra consequência involuntária dessas políticas: à medida que os alvos populares do crime são "fortalecidos", os padrões de criminalidade podem mudar de um domínio para outro. Por exemplo, o aumento da segurança dos carros novos deixou os modelos mais antigos relativamente mais vulneráveis. O resultado foi que a ocorrência de roubos de carros mudou dos modelos mais novos para os mais antigos. As abordagens de fortalecimento de alvos e tolerância zero trazem o risco de deslocar as infrações criminosas de áreas mais protegidas para áreas mais vulneráveis e, como diziam os realistas de esquerda, é provável que a vitimização seja ainda mais desproporcional em comunidades pobres. Os bairros

que são pobres ou que não apresentam coesão social podem experimentar um crescimento no crime e na delinquência, à medida que as regiões ricas se defendem.

O fortalecimento de alvos e as políticas de tolerância zero baseiam-se em uma teoria conhecida como "janelas quebradas" (Wilson e Kelling, 1982), enraizada em um estudo realizado na década de 1960 pelo psicólogo social norte-americano Philip Zimbardo, que deixou carros abandonados sem a placa e com o capô aberto em dois ambientes sociais totalmente diferentes: a comunidade abastada de Palo Alto, na Califórnia, e um bairro pobre do Bronx, em Nova York. Em ambos os locais, assim que os transeuntes, independentemente de classe ou raça, sentiram que os carros estavam abandonados e que "ninguém se importava", os carros sofreram vandalismo (Zimbardo, 1969). Extrapolando a partir desse estudo, os autores da teoria das "janelas quebradas" argumentam que qualquer sinal de desordem social em uma comunidade, mesmo o surgimento de uma janela quebrada, incentivará mais crimes. Uma janela quebrada ignorada é sinal de que ninguém se importa, de modo que quebrar mais janelas – ou seja, cometer crimes mais sérios – é uma resposta racional dos criminosos à situação. Como resultado, pequenos atos de desvio podem levar a um espiral de crime e degradação social (Felson, 1994).

Desde o final da década de 1980, a teoria das "janelas quebradas" tem servido como base para novas estratégias de policiamento, concentradas em crimes "menores", como beber ou usar drogas em público e infrações de trânsito.

Todavia, uma falha importante na teoria das “janelas quebradas” é que a polícia fica encarregada de identificar o que constitui “desordem social”. Sem uma definição sistemática, a polícia está autorizada a considerar quase tudo como um sinal de desordem e qualquer um como uma ameaça em potencial. De fato, à medida que as taxas de criminalidade caíram ao longo da década de 1990, o número de queixas de abuso e assédio policial aumentou, particularmente por jovens negros urbanos, que se encaixavam no “perfil” do criminoso potencial, e a população prisional aumentou.

Conclusões teóricas

O que podemos concluir a partir desse levantamento das teorias sobre o crime? Primeiro, devemos recordar um argumento anterior: mesmo que o crime seja apenas um tipo de comportamento desviante, ele cobre uma variedade tão grande de atividades – desde furtar uma barra de chocolate até o assassinato em massa – que é muito improvável que uma teoria única pudesse explicar toda a conduta criminosa.

As teorias sociológicas sobre o crime são significativas por duas razões. Primeiro, elas enfatizam corretamente as continuidades entre o comportamento criminoso e “normal”. Os contextos em que determinados tipos de atividade são considerados criminosos e passíveis de punição legal variam amplamente e estão ligados a questões mais amplas de poder e desigualdade na sociedade. Em segundo lugar, todos concordam que o contexto social é importante em atividades criminosas. O fato de alguém cometer um ato criminoso ou vir a ser considerado um criminoso é influenciado fundamentalmente pela aprendizagem social e pelo entorno social.

Apesar de suas deficiências, as perspectivas de rotulação talvez sejam as mais usadas em estudos sobre o crime e o comportamento desviante. A abordagem de rotulação nos dessensibiliza em relação às maneiras em que certas atividades passaram a ser definidas como passíveis de punição legal, e as relações de poder que formam essas definições, bem como o processo de interação pelo qual certos indivíduos podem passar para assumirem uma identidade desviante.

A maneira como o crime é compreendido afeta diretamente as políticas desenvolvidas para combatê-lo. Por exemplo, se o crime é visto como produto da pobreza ou desorganização social, as políticas podem ser voltadas para reduzir a pobreza e fortalecer os serviços sociais. Se a criminalidade é considerada uma escolha livre e oportunista dos indivíduos, as tentativas de combatê-la devem se concentrar mais em mudar o ambiente. Analisaremos agora as tendências de crimes recentes no Reino Unido e em outros países, considerando algumas das respostas a elas nas políticas públicas.

Padrões de criminalidade no Reino Unido

Conforme avaliação das estatísticas de crimes relatados à polícia, as taxas de criminalidade nos países desenvolvidos aumentaram imensamente no século XX. Por exemplo, antes da década de 1920, menos de 100 mil infrações eram registradas por ano na Inglaterra e no País de Gales, esse número havia alcançado 500 mil em 1950, e atingiu o pico de 5,6 milhões em 1992. Os níveis de crimes informados mais que dobraram entre 1977 e 1992.



“Consideramos que todos nós, como sociedade, somos responsáveis, mas somente o réu é culpado”.

Desde a metade da década de 1990, o número geral de crimes cometidos na Inglaterra e no País de Gales parece ter se estabilizado, com outras medidas, como o *British Crime Survey*, apresentando uma queda considerável na quantidade geral de crimes (ver a Figura 21.1). Isso condiz com as tendências observadas na maioria dos países europeus. Segundo dados recentes, o risco de se tornar vítima de crime na Inglaterra e no País de Gales está no nível mais baixo em mais de 20 anos (Clegg et al., 2005). O fim do aumento nas cifras de criminalidade pegou muitos especialistas de surpresa. As causas por trás disso, e se a tendência é sustentável, ainda são incertas.

Apesar dessas quedas recentes nas estatísticas da criminalidade, mantém-se uma percepção disseminada de que, com o tempo, o crime nos países desenvolvidos se tornou mais comum e mais sério (Nicholas et al., 2007). Afirma-se que os níveis de preocupação com os principais tipos de crimes têm caído, mas a ansiedade com o comportamento antissocial permanece mais estável (Clegg et al., 2005). Se antes o crime era visto como algo marginal ou excepcional, nas últimas décadas, ele se tornou uma preocupação mais proeminente na vida de muitas pessoas. Pesquisas mostram que as pessoas têm muito mais medo do crime hoje do que em períodos anteriores, e estão sentindo mais ansiedade com andar na rua à noite, com a perspectiva de suas casas serem arrombadas ou com a possibilidade de se tornarem vítimas da violência. As pessoas também estão mais preocupadas com tipos de desordem mais simples, como pichações, violência ligada ao álcool e grupos de adolescentes pelas ruas – de fato, as mesmas infrações que as políticas de prevenção ao crime situacional discutidas foram criadas para abordar.

Então, quanta criminalidade existe realmente e quanto as pessoas são vulneráveis a se tornarem vítimas? O que está sendo feito para impedir o crime? Essas questões se tornaram altamente controversas nas últimas décadas, à medida que a cobertura do crime na mídia aumentou juntamente com a indignação pública, e à medida que governos sucessivos pro-

meteram “endurecer com o crime”. Entender a natureza e a distribuição da criminalidade, bem como criar políticas para lidar com ela está longe de ser algo fácil.

Criminalidade e estatísticas criminais

Para determinar o nível de criminalidade e as formas mais comuns de infração criminal, uma abordagem é analisar as estatísticas oficiais sobre o número de crimes que a polícia registra. Como essas estatísticas são publicadas regularmente, não parece haver dificuldade para avaliar as taxas de criminalidade – mas essa suposição é bastante equivocada. As estatísticas sobre o crime e a delinquência provavelmente sejam os menos confiáveis de todos os números oficiais publicados sobre questões sociais. Os criminologistas enfatizam que não podemos olhar as estatísticas oficiais sobre o crime literalmente.

Em primeiro lugar, a limitação mais básica das estatísticas baseadas nos crimes relatados é que a maioria jamais é relatada para a polícia. Existem muitas razões por que as pessoas decidem não relatar um crime (ver a Tabela 21.1). Mesmo quando a vítima é ferida, mais da metade dos casos não são informados à polícia; elas alegam que é uma questão privada ou algo que precisam enfrentar sozinhas. O crime pode não ser informado por outras razões. Algumas formas de violência criminal são mais “ocultas” do que outras. O abuso físico e sexual ocorre a portas fechadas no lar ou em prisões e instituições de saúde. As vítimas podem temer que a polícia não acredite nelas, ou que o abuso possa piorar se elas contarem a alguém. Como veremos a seguir, as vítimas da violência doméstica são extremamente relutantes em relatar o crime para a polícia. Certas pessoas pensam que o crime é trivial demais para ser denunciado ou que a polícia não conseguirá fazer nada a respeito. Todavia, uma grande proporção dos roubos de carros acaba sendo informada, pois o proprietário precisa fazer isso para pedir o seguro.

Em segundo lugar, dos crimes que são relatados para a polícia, muitos não são registrados nas estatísticas. Estima-se

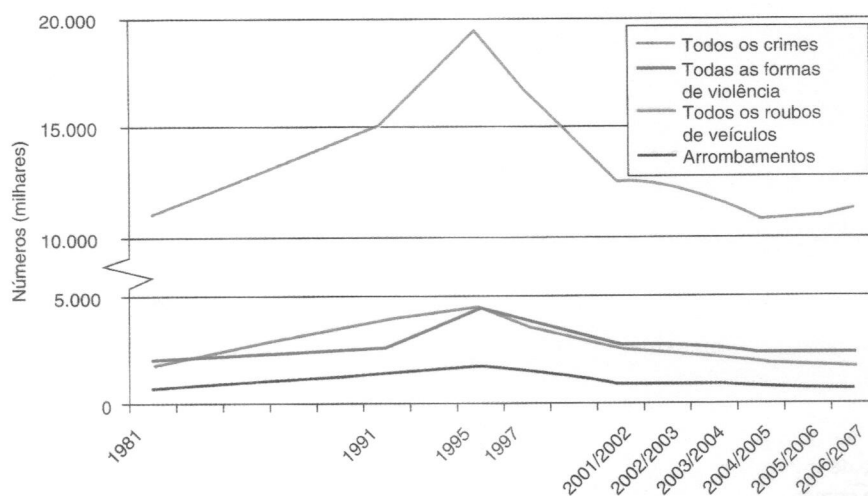


Figura 21.1 Tendências em pesquisas sobre a criminalidade na Grã-Bretanha, 1981-2006/2007.

Fonte: Nicholas e colaboradores, 2007, p. 6.